

ENTREVISTA

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: CONTEXTOS, PRÁTICAS ESCOLARES E PERSPECTIVAS

ANA D'ARC MARTINS DE AZEVEDOⁱ

A Profa. Dra. Ana D'Arc Martins de Azevedo é curricularista na área de Educação/Saberes/Culturas, com ênfase em Educação Quilombola da Amazônia. Doutora em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) (2011). Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) (2007). Mestrado em Educação pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) (2001). Especialista em Educação Especial com enfoque inclusivo (2015). Especialista em Supervisão Educacional (2000). Graduação em Pedagogia pela União do Ensino Superior (UNESPA) (1989). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professora Titular do Programa Stricto Sensu em Comunicação, Linguagens e Culturas e do Programa Mestrado Profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental da UNAMA. Avaliadora de Cursos e de IES do INEP/MEC. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas" - EDUQ/UEPA. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Diversidade e Inclusão - GEPIDI/UNAMA. Pesquisadora do NEAB/UEPA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social. Pesquisadora da Linha de Pesquisa Cultura, Territórios e Comunidades Tradicionais. Pesquisadora da Plataforma Saber Ser. Atua em áreas: Educação Escolar em Quilombos na Amazônia. Interdisciplinaridade em processos educacionais e culturais. Educação e Currículo. Diversidade Cultural em contextos escolares e não escolares. Relações étnico-raciais.

Ivanilde Apoluceno de Oliveiraⁱⁱ

1 - Ivanilde Apoluceno de Oliveira: Como você avalia a política afirmativa de acesso ao ensino superior de pessoas de comunidades quilombolas?

Ana D'Arc Martins de Azevedo: Em relação ao acesso nas universidades, eu vejo que houve um avanço, nos últimos anos, a política de cotas, uma política mais consolidada nesse processo. Agora avanço não significa que está tudo bem. Eu vejo que ainda falta muito a fazer no sentido desse acesso. E, algumas informações, assim que se lê a respeito da política de cotas, vemos algumas universidades, ainda não tem essa política. Com isso, dificulta mais a possibilidade do ensino superior para essas comunidades. Então, eu vejo que as políticas públicas de acesso, de ações afirmativas precisam de mais

adesões das universidades. Qual seria a dificuldade? Penso que o desconhecimento, ou mesmo o próprio não reconhecimento das políticas afirmativas, mas ocorre que temos uma obrigatoriedade, por exemplo, de ofertar nas matrizes curriculares das universidades a temática étnico racial. Sem contar a Lei 10.639, que é de oferta para todas as escolas do Brasil. A lei, então, está aí, ela precisa ser cumprida. O que falta, penso eu, são adesões de alguns estados brasileiros, mas, por exemplo, no Pará a nossa Universidade do Estado do Pará já começa a ofertar esse acesso pelas políticas de cotas. Assim, vejo que a luta continua. Continuemos na luta como pesquisadores e dando esse apoio devido a esses territórios.

2 - Ivanilde Apoluceno de Oliveira: Quais atividades você desenvolve no Ensino Superior envolvendo relações étnico-raciais?

Ana D'Arc Martins de Azevedo: Destaco quando começa a minha trajetória, nesse trabalho, nessa área, nesse envolvimento, na temática. Começa em 2005, quando eu me volto para o mestrado na Universidade do Estado do Pará. E eu comecei a me interessar porque, na verdade, antes de 2005, eu já vinha tentando um mestrado nessa área, mas eu percebia que eu não tinha conhecimento de como proceder, um projeto de como estudar e autores de referência. Que foi que eu fiz? Eu busquei ajuda com professores no Pará, que eram renomados na época e eu entendia que poderia me ajudar muito. Entre os quais destaco a professora Wilma Baía Coelho. Ela me ajudou e me formou, inclusive, ela foi membro de minha banca de mestrado aqui na UEPA. E eu comecei a me interessar, a fazer leituras e aprofundamentos com a pesquisa, que inclusive a professora Ivanilde Apoluceno foi minha orientadora. Ela também me ajudou muito por conta da toda sua trajetória nessa área de inclusão e de diversidade.

Desde então, comecei a me envolver em pesquisas, fomentos, editais, publicações e grupos de pesquisa, entre os quais o que eu criei na Universidade do Estado do Pará, em 2012, ao retornar do meu doutorado. É o grupo "Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas" (EDUQ), que é meu grupo de pesquisa de referência. Em 2012 ele foi criado e, hoje, ele é chancelado pela CAPES e pelo CNPq. Tivemos 2 projetos em nível nacional aprovado pelo EDUQ. Um deles foi o Abdias do Nascimento, que eu participei em Brasília fazendo a formação e o acompanhamento de como seria esse projeto. Infelizmente ele não foi executado, na época, por conta das políticas. Ele não aconteceu, mas foi aprovado em nível nacional. O segundo projeto que eu vejo de grande relevância nacional foi o aprovado em 2020 pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, em São Paulo, que é um centro de referência dessa temática. Em termos de políticas públicas, aprovamos o projeto "Poronga da Equidade", que foi muito importante para o EDUQ e para o Estado do Pará, porque ele envolveu formação continuada, envolveu subsídios financeiros interessantes para comprar materiais didáticos, além da produção de seminários, de eventos e formação de professores do Jambuaçu. O projeto encerrou em abril de 2022.

Destaco também nessa minha trajetória, os sete seminários de formação de professores da educação básica, realizados na UEPA pelo EDUQ, que lotavam o auditório Paulo Freire. E, as produções em revistas indexadas que temos também hoje, publicadas pelo o EDUQ. O grupo publicou 3 livros em série na temática e estamos agora produzindo um novo livro nessa linha também.

Temos também o grupo de pesquisa Gepidi que discute diversidade e inclusão e que está vinculado pela Universidade da Amazônia. UNAMA. É um grupo de pesquisa que também reúne projetos e publicações científicas na área temática que se encontra.

Eu gostaria de registrar também que sou afiliada de uma rede Internacional de pesquisadores chamada Redect. Essa rede está ligada à Unesp de São Paulo em Bauru. É coordenado pelo professor Nelson Russo. E essa rede, envolve um trabalho com comunidades tradicionais e povos originários. Atualmente sou a vice-coordenadora da linha de extensão e cultura da rede.

Além de professora Adjunto na UEPA, atuo como professora em 2 programas *strito sensu* da Universidade da Amazônia. E também estou no Pós-DOC em Portugal na Universidade Portuguesa, pesquisando para o meu artigo, direitos humanos e brincadeiras de crianças quilombolas.

3 - Ivanilde Apoluceno de Oliveira: No Grupo de Pesquisa "Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas" - EDUQ/UEPA, quais pesquisas realizadas que você considera relevante para o debate sobre a diversidade cultural em contextos escolares e não escolares na Amazônia?

Ana D'Arc Martins de Azevedo: Projetos do Abdias do Nascimento, do Poronga da Equidade. E tem o meu Pós-DOC, que é outra pesquisa que também desenvolvo. São pesquisas de relevância e impacto social que estão em torno de ambientes escolares e não escolares em contextos de povos originários e comunidades tradicionais.

4 - Ivanilde Apoluceno de Oliveira: No ensino superior, incluindo a pós-graduação, como você trabalha o ensino e o currículo na perspectiva da diversidade cultural e em especial com comunidades quilombolas? E quais seus principais referenciais teóricos?

Ana D'Arc Martins de Azevedo: Eu trabalho com a disciplinas teorias do currículo e diversidade cultural aqui na Universidade do Estado, já por muito tempo. E essa disciplina eu procuro trabalhar com com práticas, fazendo trilhas em quilombos. Eu sempre faço isso, porém com a pandemia a gente teve uma parada, mas agora a gente retoma, que é mostrar para os alunos de graduação a importância da teoria e prática. Inclusive o EDUQ tem essa linha, em quilombos, na escola, na diversidade e formação continuada. Entre as referências eu uso muito o Kabengele Munanga, porque foi da minha banca de doutorado. Eu gosto muito do Kabengele Munanga, da Nilma Gomes, da Vilma Baía. E de autores, como Sueli Carneiro e Zélia Amador. Esses são autores de referência em nível nacional, que eu tenho como cabeceira de leituras. Agora eu estou me voltando, também para autores africanos, porém é uma leitura bem recente e eu estou ainda fazendo algumas análises, algumas leituras.

5 - Ivanilde Apoluceno de Oliveira: Como você avalia a educação escolar em Quilombos na Amazônia? Quais os principais problemas e o que você considera que precisa avançar?

Ana D'Arc Martins de Azevedo: Vou pela minha tese, a minha tese finalizada. Ela tem como importante processo de formação e de engajamento político, é a consciência crítica. Por quê? Porque essa tese ela foi a partir exatamente de uma problemática, que os currículos em quilombos estão

distantes do seu contexto, do seu local, da sua ancestralidade, da sua história de vida, vivência, as memórias, et cetera. Isso é fato, é real. E eu tenho isso comprovado na minha tese e toda a minha pesquisa em doutorado. Essa é a minha principal hipótese. Aliás, não é hipótese e sim comprovação. Essa é a realidade, os currículos estão distantes, às vezes inexistentes e às vezes nem acontecem. É uma realidade que eu digo em nível amazônico, porque eu tenho conhecimento de quilombos na Região Oeste do Pará, Nordeste do Pará, Sudeste do Pará, que eu já trabalhei, que eu já fiz visitas e trilhas com eles e a maioria está nesse contexto.

Então, diante disso, cabe pensar por mais políticas públicas, não só no aspecto de oferta das leis, de assegurar a lei, mas de executar. Os quilombos no Brasil são muitos. E no Pará também é um dos estados que mais tem quilombos, junto com o Maranhão, a Bahia e o Rio de Janeiro. Pensar nesse currículo também como forma de quê? De conscientizar, de aproximar esses processos, esses problemas, essa é a minha tese. Eu falo dos aspectos identitários do Quilombo de Jambuçu como exemplo, é uma referência de luta e de resistência e de mostrar para todo o Norte de nossa Região que é possível lutar e é possível conseguir. Jambuçu lutou muito para conseguir sua titulação. Hoje são 17 comunidades tituladas, Jambuçu é um território muito grande, com 80 km linear. Tem também uma comunidade que eu tenho me voltado muito, que é Pitimandeuá, próximo de Castanhal. Lá fizemos trabalho de formação continuada na escola da educação básica.

6 - Ivanilde Apoluceno de Oliveira: Em termos de políticas públicas para a diversidade étnico-racial, quais os principais desafios e sugestões que você aponta, com base em suas experiências como educadora e pesquisadora em comunidades quilombolas na Amazônia?

Ana D’Arc Martins de Azevedo: Primeiro, é formação continuada. Mas qual a formação continuada? Não, em pacote. Isso para mim é o pior que pode acontecer nas comunidades tradicionais, é você chegar como pesquisador, chegar como um gestor político de um município e preparar longe daquele local. Chega-se com o projeto como um pacote pronto. Isso é grave. Esse tipo de formação eu não compactuo e quando me convidam para algum, é algum trabalho, alguma palestra. O primeiro eu pergunto. Eu quero saber um pouco do que eu vou fazer lá, quem está me convidando e por que está me convidando? É pacote? É coletivo e foi construído com a comunidade?

Gostaria de destacar que no ano passado eu submeti, junto com a equipe, com o coletivo do EDUQ, 3 projetos de extensão e os 3 projetos foram todos aprovados no PIBIC. Hoje eu tenho 7 projetos de PIBIC aprovados, tudo em Quilombo.

Assim, na universidade são muitos bons os resultados de pesquisas, incluindo os de iniciação científica. Atualmente estamos recebendo os professores e alunos que querem entrar no EDUQ. Temos atualmente 4 membros no EDUQ que vieram do projeto de extensão, porque o EDUQ foi lá, fizemos um trabalho, nada de pacotes, tudo construído coletivamente e apresentado para aquela comunidade, que aceitaram. E agora estamos recebendo alunos que participaram do projeto de extensão, então isso é maravilhoso. Isso significa o quê? Consciência crítica, significa dizer que a formação continuada deu resultado.

Recebido em: 10 de junho de 2024.

Aprovado em: 26 de junho de 2024.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/12750>

ⁱ **Ana D’Arc Martins de Azevedo**. Doutora em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) (2011). Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) (2007). Mestrado em Educação pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) (2001). Especialista em Educação Especial com enfoque inclusivo (2015). Especialista em Supervisão Educacional (2000). Graduação em Pedagogia pela União do Ensino Superior (UNESPA) (1989). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professora Titular do Programa Stricto Sensu em Comunicação, Linguagens e Culturas e do Programa Mestrado Profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental da UNAMA. Avaliadora de Cursos e de IES do INEP/MEC.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0257982352792085>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4240-9579>

E-mail: azevedoanadarc@gmail.com

ⁱⁱ **Ivanilde Apoluceno de Oliveira**. Pós-doutorado em Educação na Puc- Rio. Doutora em educação na Puc-sp e Unam / Uam - Iztapalapa México. Mestrado em educação popular na UFPB e graduada em filosofia na ufpa. Professora titular e docente do PPGED/UEPA e pesquisadora produtividade do CNPQ 2.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6486192420682817>

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3458-584X>

E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br